



FACULDADES MAGSUL

ANAIR GOMES MEDINA

**ATLETISMO ADAPTADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA
REDE PÚBLICA DE ENSINO: PERSPECTIVAS DE PROFESSORES
DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**PONTA PORÃ-MS
2020**

ANAIR GOMES MEDINA

**ATLETISMO ADAPTADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA
REDE PÚBLICA DE ENSINO: PERSPECTIVAS DE PROFESSORES
DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Banca Examinadora das Faculdades Magsul,
como exigência parcial para obtenção do título
de Licenciada em Educação Física.

Orientador: Prof. Me. Silvano Ferreira de
Araújo

Coorientador: Prof. Ageu de Oliveira Pereira

PONTA PORÃ-MS
2020

ANAIR GOMES MEDINA

**ATLETISMO ADAPTADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA
REDE PÚBLICA DE ENSINO: PERSPECTIVAS DE PROFESSORES
DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.
Apresentado à Banca Examinadora das
Faculdades Magsul, como exigência
parcial para obtenção do título de
Licenciada em Educação Física.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Silvano Ferreira de Araújo
Orientador
Faculdades Magsul

Prof. Me. João Antonio da Silva Barbosa
Examinador
Faculdades Magsul

Ponta Porã-MS, 04 de dezembro de 2020.

Dedico este trabalho em primeiro momento a Deus, por me sustentar e me manter forte até aqui. Também à minha família e amigos, os quais foram motivadores do meu esforço até então. Por fim, ao meu orientador, o qual foi paciente, cauteloso e coerente e tenho como exemplo. Sentimento de gratidão por este sonho realizado!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Me. Silvano Ferreira de Araújo pela sua disponibilidade e aceitar fazer parte de um grande sonho, que muito contribuiu para tornar realidade, instruindo da melhor maneira possível, como orientador. Devo imensos agradecimentos por tanto fazer, pelos conselhos, pelas correções e pelo empenho e dedicação de fazer tudo dar certo! Grata imensamente.

Prologando, agradeço ao grande impulsionador da minha trajetória, Professor Ageu de Oliveira Pereira que me incentivou desde meus anos como atleta até os dias atuais, sendo um ótimo profissional e conceder a honra de aprimorar meus conhecimentos com ele, eternamente grata pelas contribuições e apoio tanto profissionais quanto pessoais.

Agradeço demasiadamente ao Professor Me. João Antônio da Silva Barbosa por tanto contribuir na construção de meus conhecimentos e por me fazer sentir honrada de tê-lo como examinador. Um grande profissional que tem uma trajetória grandiosa e de muita admiração.

Agradeço a todos os professores que a mim, lecionaram aulas, e assim compartilharam de seus conhecimentos e experiências, contribuindo assim para a profissional que hoje me torno, e os levo para toda a vida profissional como espelhos de grandes professores.

À uma parte de meus colegas eu agradeço, muitos por me ajudarem em momentos difíceis, momentos de alegria, de entretenimento, apoiando e incentivando a continuar mesmo perante tantas dificuldades e a outros agradeço por duvidarem da minha capacidade e assim me motivaram a continuar e provar que podemos alcançar aquilo que almejamos.

Encerro agradecendo demasiadamente aos meus familiares por jamais terem autorizado eu desistir deste sonho, pois apenas é o início de uma grande caminhada. Fizeram o possível para enfim viver este momento tão esperado. Por terem paciência, calma e sabedoria nos meus momentos de ansiedade e desespero em pensar que nada daria certo, e também agradeço à mim por tanto me esforçar e me dedicar aos estudos, tentando sempre fazer meu melhor e assim me tornar uma grande profissional como tanto outros que almejo.

MEDINA, Anair Gomes. **Atletismo Adaptado para alunos com deficiência na rede pública de ensino: perspectivas de professores de Educação Física**. Orientador: Silvano Ferreira de Araújo. 2020. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Faculdades Magsul, Ponta Porã-MS, 2020.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a possível aplicação de aulas sobre Atletismo Adaptado nas aulas de Educação Física. A pesquisa foi desenvolvida em dois momentos: o primeiro, a partir de revisão bibliográfica fizemos o levantamento da trajetória e avanços que a modalidade de Atletismo Adaptado teve no decorrer dos anos e apresentamos, também, as divisões e classificações predominantes no Atletismo Adaptado (paralímpico); a segunda fase, se deu por meio de uma pesquisa de campo, dispondo como instrumento de pesquisa, a aplicação de questionário qualitativo para Professores de Educação Física, assim, foi possível discorrer sobre a aplicação do conteúdo do Atletismo Adaptado nas aulas, sendo elas proporcionadas por diferentes metodologias. Consideramos que os resultados são positivos e apontam a melhoria nos aspectos motores, cognitivos, sociais e afetivos dos alunos e, conseqüentemente, promovem a inclusão.

Palavras-chave: Educação Física Adaptada; Atletismo Adaptado; Inclusão.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRADECAR	Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas
APAE	Associação de Pais e Amigos do Excepcional
CBDC	Confederação Brasileira de Desportos
CE	Câmara de Educação Básica
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
IAAF	Federação Internacional de Atletismo Amador
IPC	Comitê Paraolímpico Internacional
LDB	Lei Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNEE	Política Nacional de Educação Especial

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação Funcional.....	27
Quadro 2 - Identificação dos Professores participantes da Pesquisa.....	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.....	11
1.1 A Educação Especial na Educação Física.....	11
1.2 Legislação da Educação Especial.....	16
1.3 Formação de professores em Educação Especial.....	20
2 ATLETISMO ADAPTADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA.....	23
2.1 Atletismo e Atletismo Adaptado (paraolímpico).....	23
2.2 Categorias e classificações do Atletismo adaptado (paraolímpico).....	27
2.3 O Atletismo Adaptado nas aulas de Educação Física.....	29
3 O ATLETISMO ADAPTADO NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	33
3.1 Percurso metodológico da pesquisa.....	33
3.1.2 Sujeitos da pesquisa.....	33
3.2 Apresentação, análise e discussão dos resultados.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	46

APÊNDICES

APÊNDICE “1” - Termo de Consentimento

APÊNDICE “2” – Questionário

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral obter informações de aulas ministradas sobre o Atletismo Adaptado para os alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física, bem como compreender como foram e/ou são aplicadas essas aulas, para tanto, desenvolvemos um questionário composto de 10 questões abertas, que foram entregues para nove professores de Educação Física, contudo tivemos o retorno de cinco, todos atuantes em redes públicas de ensino no estado de Mato Grosso do Sul.

É importante salientar que o Atletismo é conteúdo obrigatório da Educação Física Escolar preconizado pela Lei n. 9394/1996, a Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB/1996 (BRASIL, 1996) e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1997), portanto torna-se opção do profissional de Educação Física introduzir em suas aulas a prática do Atletismo Adaptado visando a inclusão de alunos com deficiências, sejam elas, físicas, auditivas, visuais, mentais ou múltiplas.

Com a realização desta pesquisa buscamos, por meio do questionário, conhecer como ocorre o planejamento das atividades relacionadas ao Atletismo Adaptado a serem desenvolvidas pelos professores na sua ação pedagógica e quais são os benefícios apresentados com a prática.

A análise dos questionários permitiu conhecer como são enfrentadas as dificuldades sobre o espaço da escola destinado à prática da modalidade, bem como as necessidades de mudanças e adequação do espaço para a efetivação da proposta. Ressaltamos que os professores procuram dentro de suas limitações realizar as adaptações necessárias a cada tipo de deficiência e também às particularidades de cada aluno. Por fim, foi possível compreender como os professores trabalham aplicando este conteúdo nas aulas.

Este trabalho está dividido em três capítulos, além da Introdução e Considerações Finais. No primeiro, apresentamos o referencial teórico que embasou a pesquisa de campo, sobretudo, evidenciando a História da Educação Especial na Educação Física, sua Legislação e a formação de professores na Educação Especial.

No segundo capítulo, tratamos sobre as categorias que a modalidade é subdividida e da possibilidade da aplicação das aulas de Atletismo Adaptado nas aulas de Educação Física.

No terceiro capítulo apresentamos o desenvolvimento e os resultados obtidos da pesquisa, bem como a análise cujo objetivo foi compreender o conteúdo e como os sujeitos da pesquisa (professores) ministram o Atletismo Adaptado nas aulas de Educação Física.

1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

1.1 A Educação Especial na Educação Física

De acordo com Miranda (2003) há relatos que a percepção de pessoas com deficiência foi levantada na era pré-cristã, nesse período não havia entendimento sobre essas circunstâncias, as pessoas com deficiência eram abandonadas, perseguidas e eliminadas em consequência de sua “anormalidade”, o tratamento variava conforme o julgamento de amparo ou castigo dominantes na sociedade da qual o deficiente fazia parte. Sobre a deficiência, em sua pesquisa afirma que

Com ou sem intenção, a 'marginalização' da pessoa com deficiência existia e estava muitas vezes ligada à ideia de que as deficiências físicas/mentais e doenças eram causadas por espíritos maus, demônios ou uma forma da pessoa pagar por pecados cometidos, indicando certo grau de impureza e pecado e de uma certa maneira justificando o fato de serem apenas tolerados pela sociedade, o que reforçava a prática da marginalização, restando aos deficientes o destino de esmolar nas ruas e praças (PACHECO; ALVES, 2007, p. 243).

Um período na qual os deficientes não tinham voz, ao menos vez para qualquer situação, pois eram considerados pessoas sem valores e insignificantes com condições atípicas para a sociedade da qual faziam parte, porém no século XVIII e meados XIX este fato começou a tomar outros rumos, este período foi a de institucionalização, que passou da invisibilidade à convivência na “comunidade”, a fase em que essa categoria era distanciada e protegida em instituições residenciais, ou seja, as pessoas com deficiência eram mantidas isoladas no ambiente familiar ou em instituições de confinamento.

Em meados século XX, como afirma Maior (2015), surgiu o modelo biomédico da deficiência, que interpreta a deficiência como incapacidade a ser superada, nesse modelo biomédico a deficiência é considerada como consequência de um acidente ou doença, nesse caso o mesmo precisa passar por um tratamento de habilitação ou reabilitação de suas capacidades, e assim cada vez mais próximo da cura. Esse modelo está vinculado à integração social, ou seja, à partir disso a deficiência passou a ser considerada como limitações funcionais encontradas na pessoa, e logo após alterou-se para o modelo social da deficiência, direcionado a inclusão da pessoa deficiente, é uma espécie de inserção desta pessoa para a sociedade, partindo do

pressuposto de que o esforço seja dela e de sua família sem que haja alteração da sociedade.

Atualmente para que seja garantida a dignidade desta pessoa com deficiência, para a luta de seus respectivos direitos, e para seu acesso a todos seus benefícios é aplicado à norma dos direitos humanos. Mas ao final do século XX foi notada um movimento que integrasse socialmente os indivíduos que apresentavam deficiência, no entanto a intenção era proporcioná-los sua interação à ambientes escolares, o mais próximo daquele oferecido para uma pessoa normal.

Segundo SASSAKI (2003), no modelo social da deficiência cabe à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. De fato, a transformação consiste das políticas públicas para as circunstâncias sociais relacionadas aos direitos da pessoa com deficiência.

Após efetivamente acontecer a inserção da pessoa com deficiência na sociedade, ingressa-se sua introdução na prática esportiva, com a data registrada de 1958, com a fundação do Clube dos Paraplégicos na cidade de São Paulo e do Clube do Otimismo na cidade do Rio de Janeiro. Estudos relatam que a Educação Física iniciou a preocupar-se com esse público por volta de 1950, a princípio o foco eram as práticas de atividades de prevenção, como ginástica médica, na qual utilizavam exercícios corretivos e de prevenção.

É possível dizer que pelo acontecimento da Educação Física geral não ter conseguido abranger a individualidade do aluno com deficiência, conseqüentemente aconteceu o surgimento da Educação Física Adaptada para preencher aquilo que faltava na Educação Física geral. O esporte começou a fazer parte da Educação Física, logo após a Segunda Guerra Mundial, com isso influências foram estabelecidas na sociedade e também no sistema escolar, tendo como princípios o rendimento, comparações, competições e recordes, digamos de passagem que o início da era tecnicista.

Estudos afirmam que a tendência tecnicista chegou após 1964, nesse período a Educação Física foi reforçado, seguindo a linha de ensino da pedagogia tecnicista, aspecto que privilegiava de maneira excessiva a tecnologia educacional, ou seja, também transformava professores e alunos em executores e receptores de atividades preparadas de maneira autoritária e sem vínculo algum com condição social que

destinavam-se, ou seja, a tendência tecnicista influenciou a educação com a disseminação dos cursos técnicos profissionalizantes, ordenados em princípios de racionalidade, eficiência e produtividade.

Até então, a Educação Física espalhava apenas o conceito de corpo saudável, perfeito, produtivo, de rendimento e técnica, mas ao final dos anos 1950 a Educação Física iniciou sua preocupação com a atividade física e desportiva para a pessoa com deficiência, desde então a percepção muda para ao contrário daquilo que se conceituava antigamente, partindo desde então agora o corpo imperfeito, improdutivo, sem rendimento e com necessidade de técnicas específicas, foi então por este motivo o surgimento da Educação Física Adaptada, totalmente designado a atender a pessoa com deficiência.

A história do desporto para as pessoas portadoras de necessidades especiais começou na cidade de Aylesbury, Inglaterra. A pedido do governo britânico, o neurologista Ludwig Guttmann criou o Centro Nacional de Lesionados Medulares do Hospital de Stoke Mandeville, destinado a tratar homens e mulheres do exército inglês feridos na Segunda Guerra Mundial (COSTA; SOUSA, 2004, p. 30).

Após surgirem duas correntes de pensamento, na qual uma delas é a com foco médico, levantada por Guttmann um pioneiro do movimento paraolímpico (1939), ou seja, o esporte é utilizado como auxílio na reabilitação, tentando amenizar também os problemas psicológicos dos pacientes. Com essa característica de reabilitação, resultou na maior interação das pessoas com deficiência, desenvolvendo para a comunidade, um deficiente agora capaz de ser “eficiente” pelo menos no esporte.

Diretamente dos Estados Unidos, a outra corrente tem em foco a prática esportiva, uma forma de implantação social, dando significação competitiva utilizada pelo desporto. As duas correntes, no transcorrer da história, cruzam-se ideando objetivos comuns entre ambas. No intuito de caracterizar os Jogos Paraolímpicos e juntamente esclarecer como a Educação Física procurou adaptar sua prática à realidade e possibilidade direcionada as pessoas deficientes, como exemplo.

No Atletismo, disputam atletas com deficiência motora, visual, paralisia cerebral e auditiva, tanto no naipe feminino quanto masculino. Suas subdivisões são realizadas de acordo com o grau da deficiência, conforme exista equilíbrio e homogeneidade na hora da disputa, durante a competição. As provas da modalidade são subdivididas em quatro grupos, provas de pista e rua (velocidade, meio-fundo, fundo e maratona),

saltos verticais e horizontais, arremessos e lançamentos e provas combinadas. Nas provas de corridas, o atleta precisa competir com um acompanhante como guia, este guia estará ligado ao atleta através de uma cordinha presa em ambos, além de o acompanhar durante todo o percurso, também tem a função de orientá-lo e passar instruções. E com isso, durante os Jogos de Tóquio em 1964, inicia a utilização do termo paralímpico com associação dos termos paraplegia e olímpico.

As modalidades que fazem parte dos jogos, seja de participação individual, seja coletiva, são desportos de larga tradição competitiva, e coincidem com as modalidades olímpicas com as adaptações necessárias para propiciar a prática pelos portadores de deficiência: atletismo, basquete em cadeira de rodas, judô para cegos, natação, vôlei sentado, tênis, tênis de mesa, futebol de sete, futebol de cegos, esgrima, ciclismo, halterofilismo, arco e flecha, hipismo e tiro olímpico. Bocha e goalball são de origem exclusivamente paraolímpica. A bocha foi criada exclusivamente para pessoas com paralisia cerebral e o goalball para deficientes visuais (COSTA; SOUSA, 2004, p. 31).

O surgimento e a práticas dessas dentre outras modalidades, consistiu de uma grande importância, na qual a pessoa com deficiência já não era vista como alguém sem habilidades, a pessoa “anormal”, com isso demonstravam que poderiam praticar ou realizar qualquer atividade ou exercício físico. Sabendo então das modalidades esportivas para as pessoas deficientes, também se faz presente a atuação da área escolar nestes movimentos, está introdução no Brasil se deu a partir de 1961, quando a homologação da Lei Diretrizes e Bases 4.024/61 e decretou que a educação da pessoa com deficiência passou à ser composta pelo sistema regular de ensino. O artigo 88 da LDB de 1961, aborda que a integração desta pessoa com deficiência poderia acontecer apenas quando fosse possível, no entanto entende-se que a acessão especial fica a critério do sistema escolar.

Em 1972 a LDB de 1961 é alterada e criada a lei nº. 5.692/71, fixando as diretrizes e bases de ensino de 1º e 2º graus. Essa lei em seu artigo 9º(nono) assegurava tratamento especial aos alunos com deficiências física ou mental e aos que se encontrem em atraso escolar em relação à idade e aos superdotados. Ou seja, a partir dessa lei entende-se que o atendimento dos excepcionais não deve ocorrer no ensino escolar, mas sim em instituições especiais (CASTRO, 2007, p. 5).

A partir desta afirmação, consistiu que a educação especial deveria existir, mas os separando dos alunos “normais” que ainda sim não se torna satisfatório. Um aluno

com deficiência necessita de atenção especial, mas não diferenciado que os demais, assim como a Declaração de Salamanca afirma, “Educação para Todos”, em uma Conferência Mundial em 1994 sobre necessidades educacionais especiais. Ou seja, Salamanca afirma que a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais deverá ocorrer de forma integrada ao sistema educacional, tendo como princípio a não – segregação. Ou seja, deve haver um meio de integração do aluno em um meio centralizado da educação, assim como afirma a Declaração de Salamanca:

[...] toda criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprios. [...] As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança capaz de atender a essas necessidades (UNESCO, 1994, n.p).

Neste trecho que Salamanca se pronunciam, entende-se que há uma necessidade e importância de proporcionar a integração dos alunos com deficiência e promover o direito de existir escolas para todos, todos juntos em uma única instituição com o atendimento as particularidades de cada um, reconhecendo as diferenças e maior que outro aspecto, promovendo a aprendizagem.

No início do século XX, foram surgindo algumas instituições especializadas. Os primeiros interlocutores oficiais que responderam pela defesa dos direitos e dos interesses das pessoas com deficiência surgiram basicamente nas décadas de 30 e 50 com a Sociedade Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos do Excepcional – APAE (CASTRO, 2007, p. 6).

À partir da preocupação e da necessidade de proporcionar uma atenção de fato as pessoas com deficiências, um período de integração social, surgiram algumas instituições especializadas também chamadas de escolas especiais que dedicavam-se especificamente as pessoas com deficiência, no período do século XX, os primeiros foram a Sociedade Pestalozzi juntamente a Associação de Pais e Amigos do Excepcional (APAE), os quais foram responsáveis por defender os direitos e dos diversos interesses desse público. Foi quando de fato, a visão sobre as pessoas com deficiência modificou-se. A distância das escolas especiais organizava-se pelas salas de aula especiais, salas essas unidas com o ensino regular nas quais estavam

disponibilizados espaços adequados para os alunos com necessidades educacionais especiais eram atendidos e organizados. Contudo, permanecia a discussão do ensino inclusivo, nas quais os alunos com necessidades educacionais especiais fossem inseridos no ensino regular em conjunto com os alunos não deficientes.

Em nosso país, a educação especial foi considerada de fato pela preocupação do sistema educacional público para afirmar a garantia de acesso a escolas, representaram a institucionalização da Educação Especial, como citado acima. Aparentemente, entende-se que um bom avanço se deu ao tratar da integração, socialização e educação de pessoas deficientes, mas sabe-se que outros cenários devem ser sondados, sendo assim as políticas devem fortalecer o acesso, a garantia e o desenvolvimento desses alunos dentro e fora da sala de aula.

1.2 Legislação da Educação Especial

A Educação Especial ao longo de tantos anos, tem apresentado melhoras em sua política de ensino, no Brasil o termo “Educação Especial”, esta expressão obteve a identidade e representatividade no período governamental de Emílio Garrastazu Médici em (1969-1974), na qual as aulas eram especificamente dedicadas aos alunos com deficiência, proporcionando aulas adequadas para atender as especificidades de cada um.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (MEC/SECADI, 2007, p. 2).

De acordo com as políticas elaboradas para o atendimento exclusivo as pessoas com as deficiências, o país iniciou a elaboração de sua própria identidade da Educação Especial, com isso essa modalidade se torna parte da compreensão

processual, na qual observa-se as capacidades, o processo de desenvolvimento e a construção de conhecimento dos alunos deficientes.

Oficialmente as iniciativas para o surgimento de atendimento as pessoas com necessidades educacionais especiais, deu-se entre os anos de 1957 e 1993, juntamente com algumas campanhas com iniciativas do governo federal, com isso surgiram medidas direcionadas ao atendimento, partindo da criação do Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1961, Lei nº 4.024/1961, foi fundamentado pelas suas disposições o real atendimento educacional para pessoas com deficiência, isto em 1961, com esse acontecimento pode-se apontar os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais à real educação, direcionado ao ensino do sistema geral em uma escola regular de ensino e não especificamente em uma escola especial.

Ao decorrer dez anos, acontece uma alteração na LDB de 1961, relacionado ao tratamento das pessoas com necessidades especiais nas salas de aula. Nesta lei de 1971, dispõe um sistema de ensino, ou seja, um “tratamento especial” que atenda os estudantes que se encontram em atraso significativos consideradas na idade do ensino regular.

A Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os estudantes com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e acaba reforçando o encaminhamento dos estudantes para as classes e escolas especiais (MEC/SECADI, 2007, p. 2).

O Órgão responsável por gerenciar a Educação Especial no país, criada pelo Ministério da Educação (MEC) em 1973, é o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), está qual encontra-se sob proteção integracionista que impulsionou algumas ações educacionais direcionadas para as pessoas com deficiência e também para as pessoas com superdotação, porém ainda assim são dominadas por campanhas assistenciais e as iniciativas isoladas do Estado.

Nesse momento, permaneceu a concepção de políticas especiais, a não efetivação de uma política pública de acesso universal para educação, isto para tratar

da fase de educação com estudantes com deficiências. Mesmo que os alunos superdotados tenham acesso ao ensino regular, eles não são beneficiados com uma organização de atendimento especializado que considere as suas especificidades de aprendizagem.

No ano de 1990, diga-se de passagem, que a Educação Especial deu um avanço significativo, em quesito de sua integração a dentro do ensino regular, a qual fornecia aos pais, direito de matricular seus filhos em instituições de ensino regular, sendo assim, os proporcionando direitos iguais e educação para todos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva (MEC/SECADI, 2007, p. 2).

A orientação sobre o processo de integração instrucional que habilita o acesso para as categorias comuns de ensino regular, foi publicada em 1994, sendo a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), neste caso os estudantes com necessidades educacionais especiais são considerados capazes de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares propostas a eles pelos programas de ensino comum, afirmando também que são tão capazes e realizam no mesmo ritmo quanto os alunos sem necessidades especiais. Essa política de 1994 não ocasiona reformulação das práticas educacionais, de forma que seja feita a valorização dos diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, no mais conserva a responsabilidade da educação dos estudantes com deficiência no âmbito exclusivo da Educação especial.

No ano de 1996, dispõe um sistema de ensino que proporciona segurança ao ensino dos alunos com necessidade educacionais especiais, as quais os garantem o término de sua escolaridade e que alcance o nível necessário para concluir o ensino fundamental.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a

aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37) (MEC/SECADI, 2007, p. 3).

Na Lei n. 10.172/2001, do Plano Nacional de Educação, ressalta que o enorme avanço que a educação da década deveria executar, é a da edificação de escola inclusiva que assegurasse o atendimento da “diversidade humana”, sendo assim ressalta que há a necessidade de determinar objetivos e metas com intuito de que os sistemas de ensino sejam favoráveis ao atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotações.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização (MEC/SECADI, 2007, p. 4).

Foi publicado no ano de 2004 pelo Ministério Público Federal, afim de disseminar os conceitos de diretrizes para a promoção da inclusão, o documento “O acesso de estudantes com deficiências as escolas e classes comuns de rede regular”, confirmando novamente o direito e os benefícios da educação escolar dos alunos com deficiência em turmas do ensino regular.

Impulsionando a inclusão educacional e social, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse contexto, o Programa Brasil Acessível, do Ministério das Cidades, é desenvolvido com o objetivo de promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o acesso universal aos espaços públicos (MEC/SECADI, 2007, p. 5).

Em vista que, as Leis tratantes da modalidade da Educação Especial, passou por diversas alterações ao decorrer de longos anos e alguns séculos atrás entram em discussão sobre sua utilização à favor das pessoas com deficiência, sendo elas para proporcionar aos alunos com necessidades educacionais especiais, os mesmos direitos que os alunos sem deficiência, e inclui-los no âmbito do ensino regular como quaisquer outros alunos, nas quais estudiosos já afirmaram suas capacidades de aprendizagem tais como os demais alunos ditos “normais”. Portanto, vale ressaltar que na Resolução nº 04/2009 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CE) foi instituído Diretrizes Operacionais ao Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, direcionado a Educação Especial, constituiu que deve ser fornecido em contraturno da qual o estudante faz parte, priorizando salas de multifuncionalidade da escola ou até mesmo outra escola de ensino regular para aluno fazer parte.

1.3 Formação de Professores em Educação Especial

Abordado anteriormente, que em séculos passados sobre o conceito estabelecido pela sociedade de que a pessoa deficiente significava um estorvo para a sociedade, “sem utilidade” e até mesmo “insignificante”, pelas suas limitações, neste período o ensino não lhes eram proporcionados, os mesmos não eram considerados capazes de aprender, ou seja não existia política pública que dava acesso à educação.

Até o ano de 1990, encontrava-se um nível elevado de crianças, jovens e adolescentes sem escolarização, neste caso viu-se necessidade de reestruturar os sistemas de ensino. À partir disto, já com políticas públicas revogadas, com a valorização que o aluno com necessidades educacionais especiais deveria ser atendido e com seus direitos garantidos, os professores tiveram que entrar em ação, Mittler (2003), considera que a inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinar aquelas que estão atualmente excluídas por qualquer razão.

Um ponto a ser visto com grande importância, não apenas basta o aluno estar inserido de fato nas aulas do ensino regular, o professor precisa realizar alterações

em seus métodos e didática de ensino, para proporcionar para todos os alunos o mesmo nível de aprendizagem. Portanto a qualificação do professor é um fator de imensa importância para assegurar a realização do ensino dos alunos com deficiência, acredita-se que mais urgente que a especialização do professor é necessária primeiramente a formação inicial e continuada dos professores, para que assim possam atender as necessidades individuais de cada aluno, isto no ensino regular como foi proposto pela educação inclusiva.

No ano de 1994, foi assinada a Declaração de Salamanca e logo após o país passou por caminhos de imensas revisões adentro da área do atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais, que por ventura a maior discussão tratou-se sobre a formação dos professores. Portanto, em contrapartida alguns professores ressaltaram não haver necessidade de formar professores especializados para a educação especial, lembrando que o compromisso desde então faria jus a todos os professores, visando o movimento de inclusão do aluno com deficiência.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (MEC/SECADI, 2007, p. 4).

No Brasil, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – o Viver sem Limite, lançado em 2011 (MEC, 2011), tem o intuito de aumentar o número de matrículas dos alunos com deficiência no ensino regular, e para que esta meta possa ser atingida é necessário investir na formação de professores, para que estejam aptos para a recepção dos estudantes e também aprender a lidar com as diferenças em relação a diversidade dentro da sala de aula. No entanto, pode-se dizer que, principalmente a partir da década de 1980, as discussões no Brasil aumentaram a necessidade de mudanças nos cursos de formação de professores, o que deve ser explicitado em seus cursos que lhes permitam vivenciar a real situação do ambiente de trabalho, inclusive, para alunos com necessidades educacionais especiais.

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade (MEC/SECADI, 2007, p. 4).

O intuito da discussão recorrente, permanece atualmente no desafio a ser superado, tratando do assunto de como sintonizar os conteúdos teóricos e práticos da formação docente com as necessidades que são apresentadas. O intervalo que se faz presente entre a formação e a atuação na prática, fez com que os professores se sintam confusos em lidar com o propósito a ser alcançado, com as variações que encontram-se em sala de aula, e além disso contanto com a falta de conhecimento sobre como adaptará as atividades, materiais, conteúdos programáticos e procedimentos de ensino para todos. Isto torna-se possível pelo fato de legalmente constar nas políticas públicas.

Um grande avanço legal no sentido da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola foi a promulgação em 1996 do novo texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996), que pela primeira vez na história do país, reservou um capítulo exclusivamente para o tratamento da educação especial. Entre outros pontos, a lei definiu que todos os professores de classes regulares ou especiais devem receber especialização adequada para lidar com todos os alunos, visando sempre que possível a inclusão em salas comuns. Segundo Souza e Silva (1997), o grande avanço da nova LDBEN em relação à anterior foi a inserção de temas antes só tratados em decretos, portarias ou normas (GREGOUL *et al*, 2013, n. p).

De fato, são necessários cursos de capacitações e fornecer especialização aos professores para que consigam lidar com todos os alunos e suas diversidades, trabalhar inserindo de fato os alunos com necessidades educacionais especiais, preparando suas aulas de acordo com a necessidade e individualidade de cada sujeito presente em suas salas, mas este atributo não deve partir apenas do professor, mas também de todos os contribuintes da instituição.

Portanto, devido aos avanços das Leis perante a situação da Educação Especial, tornou-se possível uma visão totalmente ampla e diferenciada sobre a diversidade que estará presente nas aulas, as quais tornam-se necessárias as capacitações dos professores para que se adaptem ao novo meio de ensino atual.

2 ATLETISMO ADAPTADO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

O presente capítulo aborda um relato sobre o surgimento do Atletismo e do Atletismo Adaptado também denominado Atletismo Paralímpico e sua evolução ao longo dos anos. Após os dados históricos o capítulo trás as divisões das categorias exigidas nos jogos paralímpicos subdividas pelas letras T de Track com significado de pista, sendo elas utilizadas para as provas dentro da pista, nas provas de corrida, e a letra F, Field que significa campo, é utilizada para os atletas que competem as provas do campo, também temos o atleta guia e apoio que também utiliza-se a letra T – Track destacando-se com nas T11, T12 e T13.

Sabendo os dados necessários sobre o Atletismo Adaptado, o capítulo aponta informações sobre como a modalidade pode ser realizada nas aulas de Educação Física, como será a inclusão dos alunos com deficiência durante as atividades proporcionadas nas aulas.

2.1 Atletismo e Atletismo Adaptado (paralímpico)

O Atletismo pode ser considerado o esporte organizado mais antigo do mundo, pelo fato de que os movimentos básicos da modalidade como correr, lançar, arremessar e saltar já eram utilizados para as ações de sobrevivência dos humanos através da caça e para fugir de predadores, à partir de então tornou-se difícil evitar que a prática fosse transformada em práticas de lazer e competitivas.

O atletismo atualmente pode ser considerado o esporte mais praticado nos mais de 70 países filiados à Federação Internacional de Desportos para Cegos (IBSA). Além dos Jogos Paraolímpicos, fazem parte de seu calendário maratonas, jogos mundiais e campeonatos mundiais para jovens. Um dos grandes fatores da propagação da modalidade é o fácil acesso e a naturalidade dos movimentos.

Foi comprovado que a modalidade de Atletismo surgiu na Grécia Antiga, na qual aconteciam competições de corridas de velocidade e saltos, essas provas foram disputadas nos primeiros Jogos Olímpicos da Antiguidade (776 a.C.), mas ainda não era considerado o esporte Atletismo, que surgiu apenas na idade contemporânea, no século XIX na Inglaterra, que no ano de 1866 aconteceu a primeira competição britânica. Após dois anos surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) e então a partir desse momento, em alguns breves anos o esporte se alastrou pelo mundo, em

vista disso, foi possível a confirmação e participação da modalidade nos Jogos Olímpicos da modernidade em 1896 em Atenas.

Em um curto período após esse acontecimento, sucedeu a criação da Federação Internacional de Atletismo Amador (IAAF), no ano de 1913, que atualmente ainda é a instituição responsável pela normatização e regulamentação desse esporte olímpico. Porém a prática do Atletismo Adaptado iniciou no século XX, exatamente no ano de 1920 para pessoas com deficiências visuais juntamente com a modalidade de natação. Somente após a Segunda Guerra Mundial, as pessoas com deficiências físicas puderam participar desse evento paradesporto, quando os demais esportes adaptados tornaram-se uma maneira de possibilitar a reabilitação dos antigos combatentes que no decorrer do evento obtiveram sequelas. Um fato interessante ocorreu nos Jogos de Stoke Mandeville, em 1952, ocorreu uma corrida em cima de cadeira de rodas para os veteranos da guerra. Praticar esportes se fez necessário para mostrar que existia uma maneira útil de inclusão e reparação destas pessoas. Mas para que isso fosse possível, era preciso permitir que as pessoas competissem de maneira justa, com pessoas com as mesmas capacidades físicas.

As primeiras tentativas de classificação foram desenvolvidas sobre os esportes adaptados, aconteceu na Inglaterra, através de médicos e especialistas da área de reabilitação, ainda no início dos esportes adaptados, na década de 40.

No Brasil, a primeira tentativa de classificação aconteceu no ano de 1984, em um campeonato de Basquete de Rodas da Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas (ABRADECAR). Na década dos anos 90, com a introdução da classificação funcional no basquete, a modalidade da qual nos referimos, neste caso o atletismo também adotou um sistema de classificação.

O Atletismo foi inserido ao esporte paraolímpico no ano de 1960 na primeira edição dos Jogos de Roma e foi realizado no mesmo local da modalidade olímpica, porém só foram disputadas as provas de arremessos e lançamentos, tendo a participação de atletas em sua maioria nos naipes masculinos mas tiveram também a participação de figuras femininas.

A Confederação Brasileira de Desportos (CBDC), realiza competições nacionais de atletismo desde a sua institucionalização em 1984 e centraliza um grande número de atletas praticantes no país. Atualmente a modalidade é destaque tanto nacional, quanto internacional.

Os excelentes resultados em eventos realizados fora do País e em competições nacionais posicionam o atletismo como o esporte de maior desenvolvimento no espaço paraolímpico brasileiro. Nos Jogos de Atenas, por exemplo, os atletas deficientes visuais conquistaram 12 das 16 medalhas da modalidade. Foram duas de ouro, seis de prata e quatro de bronze.

Participam atualmente do Atletismo Paraolímpico atletas com deficiências físicas, visual e intelectual, permanecendo a pratica pelos naipes femininos e masculinos, nas provas de pista, campo e rua, então cada prova caracteriza-se para indivíduo com suas especificidades e grau de deficiência, os competidores podem participar de todas as provas do Atletismo, sejam elas nas provas de corridas, saltos, arremessos e lançamentos.

Nas provas de pista dependendo do grau de deficiência o atleta é acompanhado por outro atleta-guia, na qual são interligados por uma cordinha sendo o objetivo deste guia direcionar o atleta e para que não haja risco de desclassificação, o guia não pode o puxar.

Esta modalidade paraolímpica surgiu para integrar as pessoas com deficiências, este esporte paraolímpico atualmente é uma das mais praticadas, é um paradesporto que visa promover a superação diária daqueles que praticam. Exige que o aluno tenha perseverança, comprometimento, disciplina, além de capacidades físicas como força e resistência. A pratica desta modalidade também possibilita desenvolver as capacidades, de melhorar a autoestima, a independência, a socialização e a promoção de bem estar e qualidade de vida sendo resultados benéficos para sua saúde.

A execução de atividade física e/ou desportiva por pessoas com algum tipo de deficiência, seja visual, auditiva, intelectual, física ou com sequelas mais críticas, pode proporcionar, dentre todos os benefícios mundialmente conhecidos através de uma prática regular, a oportunidade de testar seus limites e potencialidades, prevenir enfermidades secundárias à sua deficiência e promover a integração social do indivíduo (BRANCATTI *et al.*, 2017, p. 164).

À partir desta afirmação é possível ressaltar a importância da prática de exercícios físicos para as pessoas, em especial neste assunto os alunos com deficiências sejam físicas, visuais entre outros, nas quais esses alunos são por muitas vezes deixados de lado durante as aulas, não são realizadas pesquisas de como são

as melhores formas de incluir este grupo de alunos nas aulas, sendo assim o Atletismo Adaptado proporciona para estes alunos práticas diferenciadas e envolventes, sendo adaptadas à cada particularidade, obedecendo e cuidadosamente aplicar atividades de acordo com a vulnerabilidade de cada um. No entanto, a aplicação das aulas de adaptadas não são obrigatórias nos componentes curriculares, portanto cabe a iniciativa do professor de Educação Física proporcionar aos alunos esta modalidade a qual abrange tantas temáticas e soluções significativas para sua prática.

A verdadeira inclusão social através do esporte passa pela adequação de práticas e percepção de modo a oportunizar vivências produtivas às pessoas, independentemente de serem altas, baixas, gordas, magras, brancas, negras, videntes ou não, ouvintes, com duas, uma ou nenhuma perna (cadeirantes) e, com maior ou menor aptidão esportiva (BRANCATTI *et al.*, 2017, p. 165).

Com tudo, as modalidades esportivas não apresentam um número significativo na inclusão de pessoas com deficiência física nas aulas, perante isso o Atletismo Adaptado tem sido uma boa estratégia para praticar e também é a mais abrangente alternativa para a prática de algum esporte adaptado, a modalidade tem capacidade de atender a quaisquer tipos de público independente do grau de dificuldade que os alunos apresentarem, são realizadas mudanças e adaptações necessárias para que a modalidade seja a mais completa possível e a que alcance o maior número de pessoas participantes.

Essa é uma modalidade que ainda precisa ser explorada ao extremo nas instituições, assim como o Atletismo tradicional abrange inúmeros benefícios as capacidades e habilidades motoras, o adaptado para alunos com deficiência física também poderá ter o mesmo resultado sendo bem elaborado e instintivo para beneficiar seus alunos.

Os profissionais que atendem a essa área, precisam de muito diálogo com os alunos com deficiência física, devem solicitar boas conversas sem intimidações sobre os seus graus de dificuldade, portanto a partir disto o professor será capaz de proporcionar aulas diretamente eficientes para o desenvolvimento motor da criança. Deve-se colocar em pauta que esta modalidade não apenas se faz necessária a quem é deficiente físico há um tempo e o faz bem, mas também atende ao público da reabilitação que pela indicação se faz o efeito necessário para a mesma.

2.2 Categorias e classificações do Atletismo Adaptado (paraolímpico)

Atualmente o Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) reconhece cinco categorias de deficiência para a participação em competições: as quais são os Paralisados cerebrais, deficientes visuais, Atletas em cadeira de rodas, amputados e os les autres (restrições físicas, que não se encaixam em outras categorias).

As provas do Atletismo Paralímpico estão divididas em pista, campo e rua. Nas provas de pista temos provas de velocidade (100m, 200m, 400m, revezamento 4x100m e revezamento 4x400m), meio fundo (800m e 1500m), fundo (5000m e 10000m). Nas provas de campo temos lançamento de disco, lançamento de Dardo, arremesso de peso, salto em distância, salto em altura e salto triplo, e para as provas de rua temos meia-maratona de 21km e uma maratona 42km e também existe também o pentatlo (provas combinadas). Para entendermos melhor sobre o Atletismo Adaptado, abaixo estão disponíveis as classificações utilizadas na paraolimpíada. As provas do Atletismo Olímpico que não fazem parte das paraolimpíadas são as corridas com barreiras, salto com vara, marcha atlética e lançamento de martelo.

A letra T de Track que significa pista, são utilizadas para as classes disputadas na pista, provas de corrida. Para os atletas que competem as provas do campo, é utilizada a letra F - Field que significa campo e também temos o atleta guia e apoio que também se utiliza a letra T – Track destacando-se com nas T11, T12 e T13.

Os dados a seguir foram retirados do site oficial do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB):

Quadro 1 - Classificação Funcional

T – TRACK (PISTA)	F – FIELD (CAMPO)	ATLETA GUIA
T11 a T13 - Deficiências visuais	F11 a F13 - Deficiências visuais	T11 Corre ao lado do atleta-guia e usa o cordão de ligação. No salto em distância, é auxiliado por um apoio.
T20 - Deficiências intelectuais	F20 - Deficiências intelectuais	T12 Atleta-guia e apoio, no salto, são opcionais.
T31 a T38 - Paralisados cerebrais (31 a 34 para cadeirantes; 35 a 38 para andantes)	F42 a F46 - Amputados ou deficiência nos membros superiores ou inferiores (F42 a F44 para membros inferiores e F45 a F46 para membros superiores)	T13 Não pode usar atleta-guia e nem ser auxiliado por um apoio no salto.

T31 a T38 - Paralisados cerebrais (31 a 34 para cadeirantes: 35 a 38 para andantes)	F31 a F38 - paralisados cerebrais (31 a 34 para cadeirantes: 35 a 38 para andantes)	
T40 e T41-Anões	F40 e F41 – Anões	
T42 a T44 - Deficiência nos membros inferiores	F42 a F46 - Amputados ou deficiência nos membros superiores ou inferiores (F42 a F44 para membros inferiores e F45 a F46 para membros superiores)	
T42 a T44 - Deficiência nos membros inferiores	F51 A F57 - competem em cadeiras de rodas (sequelas de poliomielite, lesões medulares, amputações). Os citados acima são dados informativos sobre a modalidade.	
T45 a T47 - Deficiência nos membros superiores		
T51 a T54 - Competem em cadeiras de rodas		
T61 a T64 - Amputados de membros inferiores com prótese		

Fonte: COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (2020, n.p).

Nessa modalidade esportiva paraolímpica, na classe de atletas com deficiência visual, as regras a seguir para a utilização de atletas guias e de apoio podem variar conforme a classe funcional. Nas provas de fundo (5000m e 10000m), os atletas podem ter até dois atletas guias, na qual a troca acontece durante o percurso mas só receberá medalha, além do atleta, também o atleta guia que terminou a prova, aquele que deu início não receberá medalha caso encerre a competição subindo ao pódio.

Um fator interessante sobre o atleta-guia da qual ressaltamos que tem a função de ser os olhos dos competidores que não podem enxergar ou têm limitações severas, lembrando que são ligados por uma cordinha, recapitulando que o mesmo deve apenas orientar a direção da corrida do atleta, de forma alguma o guia poderá puxá-lo, caso aconteça estará sob pena de desclassificação. Mesmo treinando sempre juntos e de se ajudarem também nos bastidores das competições, o guia só passou a ter lugar no pódio recebendo medalha a partir dos Jogos Parapan-Americanos que aconteceu em Guadalajara (México) no ano de 2011.

A classificação desses paratletas embasa-se nas suas capacidades funcionais. Consequentemente são cumpridos testes de coordenação, força e função do indivíduo

e também são avaliadas as potencialidades, as sequelas e os músculos não comprometidos. A letra F é a nomenclatura utilizada para as provas de campo e T para provas de pista, mas é um número que se refere ao comprometimento do competidor. Entre as numerações de 11 e 13 estão os deficientes visuais; a numeração 20 refere-se aos deficientes cognitivos; do 31 ao 38 destina-se aos paralisados cerebrais (detalhe da numeração 31 a 34 são cadeirantes e 35 a 38 são ambulantes); numeração 40 direciona-se a anões; 41 a 46 são para amputados e *les autres*; e 51 a 58 destina-se aos cadeirantes.

Uma das especificidades desta modalidade adaptada paraolímpica perpassa da necessidade de avaliar o grau de deficiência para haver uma computação da pontuação de forma justa para cada paratleta. Nas provas de lançamentos, talvez muitos não saibam, mas o vencedor nem sempre é aquele que lançou mais longe o implemento. Para ocorrer a pontuação, é avaliada a distância pelos árbitros, da mesma forma que deverá analisar o grau de deficiência do atleta, após o final de todos os lançamentos, vence aquele que obteve a maior pontuação. Já nas provas de pista, assim como no atletismo olímpico, o vencedor é sempre aquele que ultrapassa antes a linha de chegada.

Relacionado às adaptações, é possível realizar algumas mudanças nos aparelhos utilizados para competir, por exemplo, nos dardos e nos discos. Aos atletas que são amputados é liberado o uso de próteses, sendo obrigatórias nas provas de pista e opcionais para provas de campo. Os usos de cadeiras de rodas podem ser utilizados tanto nas provas de campo como provas de pista e vale ressaltar que são bem leves. Os deficientes visuais da classe B1 devem ser acompanhados por um guia, ligados por uma cordinha amarrada em seus pulsos, que irá apenas direcioná-los durante a prova. Aos atletas B2 o acompanhamento do guia é opcional, mas necessariamente deve ser feito o uso de duas raias nas provas de pista. São permitidos também o uso de aparelhos auditivos.

2.3 O Atletismo Adaptado nas aulas de Educação Física

Na escola, o Atletismo adaptado pode apresentar variações em seu público, em seu local disponível para as atividades, imprevistos com materiais não adaptados aos membros, portanto é papel fundamental do profissional de Educação Física tornar-se um professor pesquisador na qual deverá buscar alternativas sensatas e eficientes

para envolver e incluir qualquer aluno com deficiência física em suas atividades propostas, quaisquer sejam elas.

Sabe-se que há uma enorme carência de materiais apropriados portanto o professor tem a alternativa de confeccionar seus próprios materiais e já os adequando as dificuldades de seus alunos para que os mesmos vivenciem uma prática prazerosa e farta em aprendizados, permanecendo após as práticas apenas o desejo de voltar e participar cada vez mais das aulas disponibilizadas, e caso haja algum imprevisto de alunos não adaptarem-se que o professor tenha paciência e dedicação em buscar soluções e alternativas para que este aluno desperte em si a vontade de participar e se reinventar dentro do esporte, mostrando à ele que capaz e pode atingir ao seu objetivo e ultrapassar seus limites, ou ao menos aqueles que creiam ter alguma limitação que o impedia de realizar tais atos. Portanto tudo se torna possível com dedicação e desejo em aprender a inovar, ser criativo e movimentar-se diante de qualquer empecilho que surja.

Tornam-se importantes as afirmações acima para que o professor possa guiar-se e subdividir seus alunos de maneira correta, incluindo cada um em sua particularidade para que aconteçam imprevistos indesejados, e para que também cada aluno possa adaptar-se por completo a prova que o mais interessa da maneira correta. O aluno poderá através disso aprender suas habilidades que ao menos imaginaria que poderia possuir, despertar o interesse e o motivar na prática com essas adaptações necessárias será de suma importância para que os alunos se sintam prazer e diversão em realizar as atividades e obter o aprendizado sobre a modalidade.

Muitas ações pedagógicas que seriam efetivas durante as aula acabam não sendo realizadas, e isto não acontece somente pela falta de conhecimentos específicos e conceituais, mas também ocasiona-se pela falta de estruturas físicas e humanas adequada aos deficientes, na qual o procedimento de aula propriamente dita, torna-se uma tarefa difícil para os professores e também para os alunos. Assim sendo, é preciso refletir sobre nossas ações futuras no processo de inclusão escolar, nas quais são indispensáveis, buscando ser capacitados, atualizados e acima de tudo, rompendo os obstáculos e barreiras da indiferença recorrentes nas aulas.

Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos, pois todos sabem que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vem do ensino especial, mas que possivelmente acabaram neles por conta da inexperiência e falta

de capacitação das estruturas de ensino e seus profissionais (MENDES, 2013, n.p.).

Neste fato entendemos a importância do professor, como sua atuação durante as aulas é necessária. Um educador que proporciona momentos únicos aos seus alunos, com didáticas diferenciadas e buscam sempre a participação e motivando seu aluno para que realize as atividades propostas têm positivamente resultados, caso contrário o aluno que não tem influência de seus professores não conseguirá evoluir em seus aspectos e capacidades.

A Educação Física fazendo parte como disciplina curricular não poderá ficar indiferente ou neutra deste movimento referente à Educação Especial ou Educação Inclusiva as quais são tratadas atualmente, mas como faz parte como integrante do currículo oferecido pelas escolas, a disciplina de Educação Física pode significar como um ponto fundamental, podendo até mesmo ser considerada como um obstáculo adicional ou um ponto de relevância demasiadamente positivo, para que assim o ambiente de trabalho do profissional de Educação Física seja cada vez mais uma busca de inclusão recorrente.

Para Mantoam (2006), o termo integração refere-se mais especificamente a inserção das pessoas com deficiências nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes. Portanto podemos afirmar que este processo acontece para que o aluno possa se sentir inteiramente integrado, sentindo-se livre para circular dentro do ambiente escolar, mas também sabemos que em algumas situações de integração escolar talvez nem todos os alunos com deficiências enquadram-se nas turmas de ensino regular, em razão da seleção prévia dos que estão aptos à serem inseridos.

Por ser uma das principais figuras na sociedade inclusiva, os professores deveriam desenvolver o conhecimento da educação para os alunos com necessidades especiais, a evolução da educação para este público caminhará lentamente enquanto os cursos e as universidades formarem professores com a falta de conscientização de que alunos com deficiência é responsabilidade de todos os educadores, e não apenas do profissional que se interessa por educação especial, portanto, o professor que busca trabalhar esportes ou quaisquer outras atividades, deverá entender que isso não será tarefa do professor interessado pela educação especial, e sim de autoria dele

da qual necessitará diversas adaptações e mudanças em suas aulas para que o aluno possa ser atendido conforme os demais. Por exemplo, nas aulas que tratam do Atletismo Adaptado, o próprio professor deverá realizar suas adaptações e mudanças necessárias para que este aluno possa se fazer presente e acima de tudo participar de sua atividade proposta.

3 O ATLETISMO ADAPTADO NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Neste capítulo apresentamos o processo de desenvolvimento da pesquisa, contendo a apresentação e discussão dos resultados obtidos sobre a atuação dos professores de Educação Física que atuam na rede pública no desenvolvimento do Atletismo Adaptado para alunos com deficiência.

3.1 Percurso metodológico da Pesquisa

A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica e aplicação de um questionário para os sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, é possível compreender que essa pesquisa pode ser considerada como uma “expressão universal” (LARA; MOLINA, 2015), pois se apresenta de forma específica e possui características comuns.

O questionário foi enviado via e-mail para nove professores, contudo, apenas cinco devolveram respondidos. O questionário era constituído por quatro questões objetivando conhecer as características profissionais desses sujeitos e por outras dez questões que buscavam conhecer sobre as práticas desses profissionais, para então, proceder a elaboração desse Capítulo.

3.1.2 Sujeitos de Pesquisa

A pesquisa foi realizada com cinco professores de Educação Física da Rede Estadual de Ensino de diferentes cidades do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo identificados como: Professor A; Professor B; Professor C; Professor D e Professor E.

Quadro 2 - Identificação dos Professores participantes da Pesquisa

Identificação	Experiência Profissional	Formação Continuada
Professor A	15 anos	Especialização em Gestão em Educação Física e em Atividades Físicas e Especialização Educação Especial e Inclusiva
Professor B	8 anos	Especialização em treinamento de Atletismo Nível I na Associação Internacional de Federações de Atletismo
Professor C	11 anos	Especialização em Treinamento Desportivo e Personalizado

Professor D	13 anos	Especialização em Exercício Físico Aplicado a Reabilitação Cardíaca e Grupos Especiais; Fisiologia e Prescrição do Exercício Clínico
Professor E	21 anos	Especialização em Atletismo Paralímpico.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2 Apresentação, análise e discussão dos resultados

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de questionário integrado por quatro questões abertas sobre a atuação do profissional, dez questões abertas, estas quais foram respondidas por cinco professores que lecionam em redes públicas de ensino no Estado de Mato Grosso do Sul.

As quatro primeiras perguntas foram destinadas para levantamento de dados sobre o tempo de formação, cursos de formação continuada, em qual(is) etapas de ensino atua e tempo de atuação no ensino básico.

A primeira questão, enunciava: “Na(s) Escola(s) que você trabalha há a aplicação do conteúdo Atletismo Adaptado para alunos com deficiência física? () Sim () Não”. Nesta questão, os Professores A, C, D e E responderam “Sim” e o Professor B relatou que na escola na qual atua não há aplicação do conteúdo de Atletismo Adaptado, mas que ele adapta as aulas para a participação dos alunos com deficiência.

Nessa situação, identificamos que a maioria das escolas nas quais os respondentes atuam proporcionam a aplicação desse conteúdo e que esses professores que trabalham para oferecer o conteúdo Atletismo Adaptado. Vale ressaltar que, mesmo sem incentivos institucionais, os professores podem desenvolver suas próprias aulas, pois os alunos devem ser capacitados com o tema Paralimpíada na escola, um fenômeno social e que deve ser voltado para alunos que capacitem pessoas com deficiência. Experimente esportes e adapte-se à vida estudantil. Na escola, ou seja, os alunos com ou sem deficiência têm o direito de vivenciar essas práticas.

As necessidades educativas especiais incorporam os princípios já provados de uma pedagogia equilibrada que beneficia todas as crianças. Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para

todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade (UNESCO, 1994, p. 4).

A aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, se faz necessário para uma aprendizagem integral e inserção nas atividades, e não ao inverso. É importante que as atividades sejam voltadas para as necessidades dos alunos, fazendo que os professores facilitem a aprendizagem dos alunos com a inserção de aulas diferenciadas e adaptadas com a utilização de meios para a participação de todos os alunos.

A segunda questão apresentada aos professores: “Como ocorrem as aulas de Atletismo Adaptado para alunos com deficiência na escola que atua?”, objetivou entender como ocorrem as aulas para os alunos com deficiência. As respostas foram as seguintes:

Professor A: No contra turno da grade, especificamente com a base até alto rendimento.

Professor B: Não tem o atletismo adaptado mas eu atendo alunos que tenha alguma deficiência e adapto a aula para aquele aluno ou geralmente eles fazer a aula ou treinamento sem problemas.

Professor C: Participação do aluno na arbitragem.

Professor D: [...] As aulas são ministradas conforme a ementa escolar. No desenvolvimento do conteúdo de atletismo, é abordado sobre as possibilidades de práticas da modalidade e sobre a existência de adaptação da modalidade para portadores de necessidades especiais. Conteúdo é ministrado de forma teórica e prática.

Professor E: Seguindo os parâmetros e técnicas adequada a cada tipo de modalidade e grau de comprometimento além da classe funcional a qual o aluno/atleta pertence (respostas ao questionário aplicado por MEDINA, 2020).

Com as respostas dos professores podemos entender que cada profissional proporciona a vivencia do Atletismo Adaptado de maneiras não tão distintas, tendem a buscar um meio de conceder as aulas desta modalidade, como afirma Cardoso e Bastilha (2010), o professor de Educação Física deve estar preparado e motivado para desenvolver conteúdos estimulantes e criativos, adaptando aos diferentes níveis de aprendizagem e limitações de seus alunos. Para garantir a oportunidade de educação a todos estes alunos com deficiências. E assim o professor poderá contribuir para o pleno desenvolvimento de seus alunos.

O mediador para incluir os alunos em suas aulas, deve ser o professor, sendo necessário encontrar maneiras que se adaptem ao meio que o aluno está inserido, de

certa forma será necessário realizar mudanças para introduzir diferentes atividades em suas aulas. Devendo seguir a ementa disponibilizada pela escola e também os Parâmetros Curriculares Nacionais. De acordo com Alves e Duarte (2014), relatam que a adaptação das aulas de educação física deve permitir ao aluno com deficiência a sua aprendizagem e participação nas atividades, diferentemente como o Professor B relatou em sua resposta, necessariamente deve-se inserir o aluno com deficiência na atividade em si, fazê-lo vivenciar e proporcionar ao aluno o sentimento de igualdade.

Na terceira questão: “Quantos alunos com deficiência hão na(s) Escola(s) que você trabalha? Qual é a deficiência/patologia dos alunos?”, buscamos saber a quantidade e as classificações das deficiências dos alunos atendidos pelos professores participantes da pesquisa:

Professor A: Temos cinco alunos, sendo quatro com Paralisia Cerebral...e um aluno c/ malformação congênita (membro superior direito).

Professor B: 02

Professor C: 05

Professor D: [...] tenho atualmente 4 alunos com deficiência, sendo dois autistas e dois alunos com deficiência intelectual.

Professor E: Trabalho com alunos deficientes físicos, visuais e intelectual.

Atualmente o projeto atende 30 alunos. (respostas ao questionário aplicado por MEDINA, 2020).

Podemos identificar diferenças na realidade de público atendida por cada professor, de fato, todos possuem sua particularidade de ensino-aprendizagem para seus alunos. O público de alunos com deficiência, deve ser em maior quantidade, e isto talvez dependa da forma que a aula está sendo repassada aos mesmos, para que surja nestes alunos o sentimento de querer permanecer realizando as aulas. Por isso, Rodrigues (2003) afirma que ainda é necessário repensar o papel do professor e sua prática docente, pois o processo de integração educacional de alunos com necessidades educacionais especiais e de outros alunos com os quais a escola não consegue lidar está muito ligado à Educação Física. É importante aproveitar as sugestões metodológicas existentes dos professores. Eles são criativos e podem usar seus corpos, movimentos, jogos, expressões e movimentos para celebrar as diferenças e proporcionar aos alunos uma experiência que aumenta a cooperação e a unidade.

Portanto, a participação dos alunos nas atividades decorrerá através da maneira que o professor está trabalhando, da forma a qual aplica seu método de ensino para os alunos, isto influenciará na não segregação e provavelmente no aumento da quantidade de alunos participantes.

Na questão quatro: “Com qual frequência acontecem as aulas dessa modalidade para esses alunos?”, buscamos entender com esta questão se efetivamente as aulas sobre a modalidade são proporcionadas aos alunos, e então responderam da seguinte desse modo:

Professor A: No mínimo três vezes por semana.

Professor B: Duas vezes por semana.

Professor C: Uma vez por mês

Professor D: São duas aulas semanais conforme o horário de aula para a disciplina de Ed. Física em cada turma. Geralmente a quantidade de aula para a modalidade de atletismo segue conforme a ementa curricular do município, mas geralmente é desenvolvido em um bimestre.

Professor E: Diariamente (respostas ao questionário aplicado por MEDINA, 2020).

De acordo com as respostas, podemos constatar que a aplicação das aulas sobre Atletismo Adaptado se divide, nesta pesquisa há professores que aplicam as aulas apenas para a vivência prática dos alunos e outros proporcionam regularmente estas aulas e conseqüentemente treinamentos aos alunos que se sintam à vontade em prosseguir. Nesta situação, afirma-se que conseqüentemente as aulas são aplicadas, de acordo com a programação de cada professor, em vista que tendem objetivos diferentes ao aplicar suas aulas, prevalecendo a especificidade de cada um.

Um dos aspectos destacados por Rodrigues (2003), é que a Educação Física permite uma maior participação dos alunos nas atividades, inclusive daqueles que evidenciam dificuldades, ou seja, através das recorrentes aulas proporcionadas pelos professores de Educação Física aos alunos com necessidades educacionais especiais, conseqüentemente terá uma maior participação delas em suas atividades elaboradas e aplicadas.

Na quinta questão visamos saber se “Existe algum projeto vinculado com a instituição que ampare e estimule a participação desses alunos nas aulas de Educação Física?”. Os professores responderam:

Professor A: Sim, Projeto de formação Escolar, da Fundação de Esporte de MS.

Professor B: Sim, Projeto da prefeitura Jovem Talento Desportivo.

Professor C: Sim, Projeto Esporte no Recreio.

Professor D: Na escola em que atuo, não temos nenhum projeto vinculado.

Professor E: Sim o projeto Dourados paralímpico é uma parceria da Funed e Associação Esportiva Dourados paralímpico.
(respostas ao questionário aplicado por MEDINA, 2020).

Como mencionados, por quatro dos cinco professores, existem programas de incentivo ao esporte para alunos com necessidades educacionais especiais, seja ela um vínculo com a prefeitura municipal ou vinculado ao estado. Estes projetos de incentivo ao esporte, proporcionam aos alunos, durante sua realização, um sentimento de pertencimento ao meio que se encontra inserido, de certa forma, o incentivando a continuar com as práticas das atividades elaboradas e aplicadas pelo seu professor.

A inclusão deste aluno é dependente da qualidade das interações sociais estruturadas, onde estas devem ser positivas e permitir que o mesmo se sinta aceito, reconhecido por sua capacidade de desempenhar um papel importante no grupo (ALVES; DUARTE, 2014). Sendo assim, o incentivo proporcionado pelo corpo docente, torna-se evidentemente um sistema eficaz para ganhar este aluno e o envolver nas atividades propostas.

Na sexta questão: “Ao proporcionar aulas de Atletismo Adaptado, você consegue perceber alguma alteração, seja positiva ou negativa, no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo desses alunos?”, o intuito era entender como são os resultados encontrados, na perspectiva dos professores sobre seus alunos.

Professor A: Com certeza, eu acredito muito no esporte como principal ferramenta transformadora, porém, o primeiro aspecto é trabalhar a autoestima...destravando esse bloqueio os outros aspectos fluirão naturalmente.

Professor B: Sim, no desenvolvimento motor e afetivo, principalmente na disciplina com os pais.

Professor C: Sim, no desenvolvimento motor e afetivo.

Professor D: é visível a resposta positiva. Afetiva pois eles conseguem participar e interagem mais com os outros alunos aumentando a auto estima. Cognitivo pois conseguem aprender e memorizar com mais facilidade as atividades no decorrer do ano. No desenvolvimento motor, também há melhoras no decorrer no ano letivo conforme a participação nas aulas.

Professor E: Positiva (respostas ao questionário aplicado por MEDINA, 2020).

De acordo com as respostas dos professores, identificamos que todos concluíram um bom resultado para seus alunos, sendo interessante destacar a posição do Professor A, na qual diz acreditar que o esporte seja a principal ferramenta transformadora, e de fato o esporte é uma ferramenta poderosa de superação e integração, que pode mudar a mente e o corpo dos atletas e permitir que superem suas limitações através da disciplina. A combinação da prática esportiva juntamente a vontade de vencer pode desenvolver a memória, unir pessoas, estabelecer metas e sonhos e melhorar o padrão de vida.

O esporte pode mudar a vida de muitos jovens, favorecer a superação de obstáculos e limitações e fortalecer o conceito de união e respeito às diferenças. Quem pratica esportes tem a oportunidade de se tornar um cidadão melhor, pois o esporte pode melhorar a autoestima, a disciplina e a responsabilidade. Além de trazer benefícios relacionados à saúde e ao bem-estar, os atletas também realizam treinamentos vitalícios para exercer seus direitos e compreender suas responsabilidades com disciplina e determinação

Verdadeiramente as habilidades e competências se desenvolvem positivamente nos alunos praticantes da modalidade, os professores sabendo desenvolver atividades que envolvam seus alunos durante a prática, despertarão maiores interesses nos alunos, para que ao decorrer do desenvolvimento das aulas, os alunos apresentem melhorias em todos os aspectos motores, cognitivos e afetivos.

Na sétima queríamos compreender sobre as dificuldades enfrentadas pelos professores em sua atuação na modalidade aplicada: “Quais são as principais dificuldades encontradas para proporcionar as aulas de Atletismo Adaptado aos alunos? (por exemplo: espaço físico, material, tempo disponível, capacitação dos professores etc.)”, tendo o retorno das seguintes respostas:

Professor A: Realmente, nossas escolas não estão preparadas para receberem os alunos com deficiência. Cabe a cada profissional adaptar o local, materiais e tempo para desenvolver o mínimo que eles precisam.

Professor B: Os materiais e espaço físico são obtidos com muita dificuldade ou até mesmo não conseguimos, portanto é preciso mais apoio e valorização aos projetos e professores.

Professor C: Espaço físico, capacitação dos professores e tempo disponível.

Professor D: As dificuldades geralmente estão na falta de capacitações para os professores e materiais para desenvolver

Professor E: O local é adequado temos material e somos capacitados (respostas ao questionário aplicado por MEDINA, 2020).

Quatro dos cinco professores constaram a falta de material adequado para as práticas, o espaço físico e a falta de capacitação dos professores, aspectos estes que dificultam o desenvolvimento e a aplicação das aulas de Atletismo Adaptado nas escolas.

Sendo que, a questão do material e espaço físico para as aulas, podem ser realizadas com adaptações para que a prática da modalidade seja efetuada, portanto a falta de capacitação dos professores torna-se um fator predominante nas dificuldades enfrentadas.

Pois a área da educação física ainda sofre uma defasagem por falta de despreparo de profissionais, falta de interesse e até mesmo de falta de conhecimento por parte dos profissionais da área, pois a formação de um profissional de educação física tem um papel fundamental para a sua atuação com o desenvolvimento do processo de aprendizagem de seus alunos, pode-se dizer que à formação profissional primeiramente, cabe à universidade, que tem como função criar recursos humanos para o desenvolvimento das atividades profissionais (NASCIMENTO *et al* 2007, p. 54).

Torna-se demasiadamente importante a capacitação do professor para tratar das aulas aos alunos com necessidades educacionais especiais, é necessário reverter a situação do atual despreparo profissional que atua, perante isto o mediador deve buscar conhecimentos e ir além de sua formação pois à partir de então o mesmo assumirá um papel fundamental no ensino-aprendizagem do aluno.

Partindo da ideia de que o professor de Educação Física escolar é o responsável pela motivação dos alunos, é compreensível que seja fundamental organizar seus cursos de forma planejada, para torná-los interessantes e inovadores, e para que os alunos tenham prazer em participar. O desenvolvimento dessas atividades tem estimulado o desejo das pessoas de manter essa prática de forma satisfatória não só como alunos, mas também como cidadãos comuns.

Nitidamente a preparação dos profissionais que atuam nas escolas para lidar com alunos que têm algum tipo de deficiência, não tem acompanhado o ritmo da inclusão, melhor dizendo, a demanda está em constante crescimento enquanto a quantidade de professores qualificados não tem aumentado na mesma proporção, por isso, é necessário oferecimentos constantes de cursos de capacitação, formação

continuada dentre outros aspectos que influenciem positivamente na formação e capacitação dos professores para que assim, acompanhem de fato a demanda apresentada de alunos com deficiência.

Dando continuidade a esse assunto, na oitava questão perguntamos: “Qual é a importância que você atribui para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Atletismo Adaptado na escola?”. Os professores enfatizaram em suas respostas que:

Professor A: O legado! Da inclusão e formação.

Professor B: Essencial aos alunos para a inclusão e a socialização.

Professor C: Muito boa, pois os alunos aprendem a inclusão e a socialização.

Professor D: Melhora nas relações interpessoais, desenvolvimento motor, auto estima e saúde do aluno.

Professor E: Importância na inclusão e desenvolvimento, na escola existe aulas de educação física projetos de esporte exigem certas particularidades que devem ser executados em horários de contra turno e espaços e matérias adequados (respostas ao questionário aplicado por MEDINA, 2020).

A importância dada ao atributo da inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Atletismo Adaptado, na perspectiva dos professores mencionados acima, ressaltam que a maior importância está na inclusão, na formação, socialização e desenvolvimento da criança, ou seja, apenas atributos benéficos se dá ao proporcionar a vivência da modalidade para os alunos.

Incluir ao aluno não se encaixa apenas em fazê-lo entrar na atividade, mas sim buscar adaptar as aulas para a criança se sinta capaz de participar, sendo respeitada todas suas limitações e dificuldades.

Iniciativas para a inclusão das crianças com deficiências na sociedade vêm ocorrendo há anos, onde a busca e a aquisição de direitos iguais está cada dia mais presente no Brasil, hoje as crenças atuais em educação especial ditam que as crianças com deficiências devem ser incluídas em todos os setores da educação Física, onde as práticas inclusivas começam a ser manifestas com ótimos resultados em ambientes educacionais tanto de trabalho como de lazer e esporte (FRANÇA; ZUQUETO, 2004, p. 25).

Sendo assim, a inclusão da criança com necessidades educacionais especiais torna-se um dos fatores mais importantes para seu desenvolvimento, despertando assim, em seguida, outros aspectos valiosos.

Na nona questão, assemelhou-se a anterior para que os professores pudessem complementar o que se fizesse necessário: “A prática frequente do Atletismo Adaptado proporciona benefícios para o processo de formação e inclusão dos alunos? Se a resposta for positiva, comente como isso ocorre?”.

Professor A: Papel importantíssimo, principal o valor do “Eu Sou Capaz” a valorização...o reconhecimento... a socialização, pois o esporte molda, Independente o grau de conquista e resultado na esfera competitiva.

Professor B: Sim, totalmente os pais apoiam e conta como ajuda na formação dos alunos, meu aluno terminou o Ensino Médio e agora faz faculdade de Educação física e detalhe ele é deficiente visual total.

Professor C: Muito boa, pois os alunos aprendem a inclusão e a socialização

Professor D: Com base no desenvolvimento de apenas um bimestre desse conteúdo, é possível afirmar que a longo prazo, proporciona benefícios sim. Se a modalidade for aplicada em sua plenitude, é possível melhorar a formação do aluno favorecendo sua inclusão.

Professor E: Sim o esporte melhora a qualidade de vida de todos independentemente de ser deficiente ou não (respostas ao questionário aplicado por MEDINA, 2020).

De acordo com as respostas dos professores, podemos afirmar que o Atletismo Adaptado praticado à longo prazo, apresentará nos alunos com deficiência benefícios positivos referente ao processo de formação e também, novamente ressaltando, a inclusão do aluno nas atividades, sendo que esta modalidade é um esporte auxiliar que promove a superação do exercício diário pelos atletas, é necessário que tenham perseverança, compromisso, disciplina e habilidades físicas, e também como força e resistência, além de melhorar a autoestima e a independência, socializar e promover o bem-estar e a qualidade de vida.

A participação nas atividades e conseqüentemente a interação social aparecem como pontos primordiais para a inclusão, visto que irão proporcionar ao aluno com deficiência oportunidades para demonstração de suas habilidades e capacidades, desempenho de papéis e funções importantes dentro do grupo em busca de um objetivo comum, bem como sentir-se aceito pelo grupo (ALVES; DUARTE, 2014, p. 2).

Conseqüentemente, praticando o Atletismo Adaptado à longo prazo, será possível desenvolver e beneficiar em diversos aspectos da criança, trabalhando para que o aluno se sinta à vontade, interaja com seus colegas de classe e realize as atividades, tendo adaptações para que a participação do mesmo seja regularmente.

Essas atividades propostas nas aulas de Educação Física devem ser preparadas de forma a permitir que os alunos com deficiência participem ativamente e interajam, sua participação nas atividades e as interações sociais resultantes tornam-se os pontos básicos de inclusão, porque proporcionarão aos alunos oportunidades para demonstrar suas habilidades, desempenhar papéis e funções importantes no grupo e buscar um objetivo de inclusão comum e de ser aceito pela equipe.

Por fim, na décima e última questão, deixamos em aberto para que os professores deixassem seus relatos de experiências: “Comente sobre a sua atuação para proporcionar as aulas de Atletismo Adaptado para seus alunos com deficiência física. Sinta-se à vontade para relatar quaisquer informações que deseja abordar sobre o tema pautado e as suas experiências profissionais:”.

Nessa questão obtivemos as seguintes respostas:

Professor A: Tenho trabalhado muito, moldando e lapidando as pessoas com deficiência, porém é uma batalha constante e árdua, pois a sociedade vive em um mundo de preconceito e desconfiança. Mas, faço uso dessa ferramenta valiosíssima que é o esporte! Pois é o melhor caminho para assegurar e promover condições de igualdade.

Professor B: Além da faculdade, meu aluno é bolsista estadual e nacional e está entre os 5 melhores do ranking Brasil dos 100 metros e 200 metros T11, corri 2 anos como guia dele e hoje ele tem seu guia e me orgulha com sua determinação capacidade que seu aluno desenvolveu ao decorrer das aulas, e se orgulha desta conquista.

Professor C: Incluir eles de uma forma mesmo que eles participam da arbitragem já uma grande valia, pois eles se sentem valorizados pela contribuição.

Professor D: A minha atuação nesse conteúdo ainda precisa ser melhorada, pois acredito que consigo atender melhor os alunos. Estou sempre em busca de novas fontes de pesquisa para adequações das aulas, mas ainda percebo que o sistema escolar interfere um pouco no processo devido à falta de informações da atuação do profissional de Educação Física nas escolas por parte da coordenação pedagógica e direção da escola e na falha em informar devidamente o professor sobre as características dos alunos matriculados que possuem necessidades especiais na escola. Sempre há possibilidades de melhorar as aulas, só depende do profissional que atua.

Professor E: Todo profissional deve ser responsável e só atuar em áreas específicas se tiver a competência necessária a partir de então, executar o trabalho com honestidade respeito e ética.

Ao todo, entendemos que trabalhar esta modalidade nas aulas, com este público é dificultoso, no entanto, as vivências proporcionadas pela modalidade trazem grandes benefícios em requisito de oportunidades, inclusão, vivência e além disto

também proporciona melhorias em suas habilidades motoras, cognitivas, sociais e afetivas. Consequentemente através dessas aulas que propiciam a prática do Atletismo Adaptado também trazem ao aluno um fator importante chamada superação, sendo ela de suas limitações e dificuldades que apresenta ao decorrer das aulas tornando assim algo prazeroso e motivador de continuar realizando.

Além de conhecer e poder experimentar das várias provas, os alunos que de fato gostarem podem com o tempo tornar-se grandes atletas paralímpicos, como o professor B ressaltou sobre seu atleta destaque que revelou-se ao decorrer das aulas, com isso, o aluno viverá em constante evolução e chegará em objetos que, talvez, nunca tivesse pela cabeça do mesmo.

Sendo assim, pode-se concluir que as maiores dificuldades encontradas por um profissional ao atuar com o conteúdo do Atletismo Adaptado encontram-se na falta de material adequado para as práticas, um amplo e adequado espaço físico e além de tudo, tornando-se mais importante fator contribuinte, a capacitação dos professores para ministrar as aulas aos seus alunos com necessidades educacionais especiais, no entanto, apesar de inúmeros empecilhos, levantamos informações que veridicamente a modalidade contribui positivamente ao desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social da criança, através da real inclusão e adaptação nas aulas. De acordo com a afirmação dos professores, o Atletismo Adaptado praticado constantemente, apresentará ainda maiores benefícios aos seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises envolvendo as respostas obtidas pelo questionário aplicado, fica evidente que os professores não desenvolvem da mesma maneira o Atletismo Adaptado, sendo assim, cada qual leciona o conteúdo de forma diferenciada, uns com o intuito de proporcionar de fato a modalidade para que os alunos possam usufruir deste esporte, no entanto outros apenas proporcionam alguns momentos sem a finalidade de aprofundar o conteúdo.

De acordo com os professores participantes da pesquisa, podemos analisar que a modalidade mencionada, proporciona sim aspectos que beneficiam seus alunos praticantes, sendo eles nos aspectos motores, cognitivos, sociais e afetivos, causando a inclusão destes alunos com necessidades educacionais especiais, comprovando que os alunos são capazes de realizar quaisquer atividades sendo adaptadas para os mesmos.

Os sujeitos da pesquisa afirmam que praticando esse esporte à longo prazo, podem propiciar aos praticantes oportunidades de inclusive, tornam-se atletas paralímpicos, explorando ainda mais suas capacidades e habilidades de certa forma que atendam suas dificuldades.

Entretanto, para que o Atletismo Adaptado seja de fato aplicado é necessário haver um investimento na capacitação dos professores para desenvolver aulas que realmente atendam às necessidades e especificidades de cada aluno, esta seria a maneira mais adequada para que a modalidade seja realizada em seus melhores aspectos e desperte nas crianças a magia e o entusiasmo de ser sentirem capazes, até porque são, de desenvolver as atividades, evidentemente este público dispõe de dificuldades, no entanto é neste momento que a participação, capacitação e empenho do professor entra em campo. Com professores que saibam desempenhar suas aulas adequadamente e com sabedoria para envolver a todos.

A pesquisa possibilitou visualizar a realidade desta pratica no ambiente escolar e a forma do ensino-aprendizagem dos professores em relação ao Atletismo Adaptado, as aulas são aplicadas com indiferentes dificuldades, sendo os que prevalecem são a falta de material, espaço físico e capacitação dos professores. Mas ainda assim conseguem repassar aos seus alunos as aulas de Atletismo Adaptado e tem como retorno de seus alunos melhoria em seus aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais e também influenciam positivamente na inclusão do aluno.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Luiza Tanure. DUARTE, Edson. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, São Paulo. Junho, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbefe/v28n2/1807-5509-rbefe-28-2-0329.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

BRANCATTI, Paulo Roberto. ROSA; Camila Casemiro; DUARTE, Beatriz Parola Veiga; NETO, Raul Antonio Frago. História de vida de pessoas deficientes físicos que participam nos projetos de basquete sobre rodas e atletismo adaptado. **Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt.**, Marília, v. 18, n. 2, dez. 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : Educação física / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

CASTRO, Heloisa Vitória de. **Educação especial e inclusão de pessoas com deficiência na escola**: um olhar histórico–social. 1986. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/248/o/1.4.__27_.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. **Atletismo**. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/modalidades/46/atletismo>. Acesso em: 06 out. 2020.

COSTA, Alberto Martins da; SOUZA, Sônia Bertoni. **Educação física e esporte adaptado**: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 25, n. 3, 2004.

FRANÇA, de Cristiane; ZUCHETTO, Angela Teresinha. Comportamento social de portadores de síndrome de down em contexto de atividade motora adaptada. **Revista da Sobama**. Dezembro 2004, vol. 9, n.1, PP. 15-24. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/vol9no12004.pdf#page=31>
Acesso em: 14 set. 2020.

GREGUOL, Márcia; GOBBI, Erica. CARRARO, Attilio. **Formação de professores para a educação especial: uma discussão sobre os modelos brasileiro e italiano**. *Revista Brasileira de Educação Especial*. vol.19 no.3. Marília, Setembro, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000300002. Acesso em: 06 out. 2020.

MAIOR, Izabel. História, conceito e tipos de deficiência. **Portal do Governo do Estado de São Paulo**, 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? como fazer? 2ª edição São Paulo: Moderna 2006.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. O professor de educação física e a educação física escolar: como motivar o aluno? **Revista da Educação Física UEM**, Maringá, v. 11, n. 1, 2000.

MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2007.

MENDES, André Paulo da Silva. **Análise subjetiva dos professores de educação física sobre a inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar de Campinas e região na ação efetiva de suas aulas**. Campinas, 2013. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Humanas Sociais Aplicadas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2013.

MIRANDA, A. A. B. **História, Deficiência e Educação Especial**. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A Prática do Professor de Alunos com Deficiência Mental, UNIMEP, 2003. Disponível em: <http://livrosdamara.pbworks.com/f/historiadeficiencia.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Artmed, 2003.

LARA, A. M. de B; MOLINA, A. A. **Pesquisa qualitativa**: apontamentos, conceitos e tipologias. In: Toledo, C. A. A.; GONZAGA, M. T. C. (org.). Metodologia e técnicas de pesquisa: nas áreas de Ciências Humanas. Maringá: Eduem, 2011.

NASCIMENTO, Karina Patrício; RODRIGUES, Graciele Massoli; GRILLO, Denise Elena; MERIDA, Marcos. A formação do professor de Educação Física na atuação profissional inclusiva. **Revista Mackenzie de educação física e esporte**, v. 6, n. 3, 2007.

NASCIMENTO, Karina Patrício; RODRIGUES, Graciele Massoli; GRILLLO, Denise Elena; MERIDA, Marcos. A Formação Do Professor De Educação Física Na Atuação Profissional Inclusiva. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte** – 2007, 6 (3): 53-58 Universidade Presbiteriana Mackenzie – Brasil. Escola Superior de Educação Física de Jundiá – Brasil. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1225/0>. Acesso em 06 set. 2020.

PACHECO, Kátia Monteiro De Benedetto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. **A história da deficiência, da marginalização à inclusão social**: uma mudança de paradigma. Vila Mariana, São Paulo. 6 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/actafisiatrira/article/view/102875/101168>. Acesso em: 09 nov. 2020.

PEDRINELLI, V. J. **Educação física adaptada**: conceituação e terminologia. Educação física e desporto para pessoas portadoras de deficiência. Brasília: MEC/Sedes, 1994.

RODRIGUES, D. A Educação física perante a educação inclusiva: reflexões conceptuais e metodológicas. **Revista da Educação Física da UEM**, Maringá, v.14, n.1, 2003.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 5ª edição Pessoa, Rio de Janeiro, WVA, 2003.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.



APÊNDICE “1” TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
desejo participar voluntariamente da pesquisa intitulada “Atletismo Adaptado para alunos com deficiência na rede pública de ensino: visão do professor de Educação Física” que tem como geral analisar as possíveis aplicações de aulas de Atletismo Adaptado para alunos com necessidades educacionais especiais, caracterizada por pesquisas teórica e de campo, realizada pela acadêmica Anair Gomes Medina, do 6º semestre do Curso de Educação Física - Licenciatura, das Faculdades Magsul, sob a orientação do Professor Me. Silvano Ferreira de Araújo.

A minha participação na pesquisa será por meio de um questionário com perguntas direcionadas à minha atuação profissional.

Li o conteúdo do texto e entendi as informações relacionadas à minha participação e estou a par de que minha identidade será preservada, ficando cientificado que não receberei benefícios financeiros, podendo desistir em qualquer etapa e retirar meu consentimento, sem penalidades, prejuízo ou perda.

Ponta Porã-MS, _____ de _____ de 2020.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do Pesquisador Responsável
Anair Gomes Medina



Educação Física: Aut. Port. n. 766 de 31/05/2000/Rec. Port. n. 3.755 de 24/10/05/Renovação Rec. Port. n. 286 de 21/12/2012
Mantida pela A.E.S.P.

Av. Presidente Vargas, 725 - Centro - Tel.: (67) 3437-3804 - Ponta Porã - MS

Home Page: www.magsul-ms.com.br

E-mail: graduacaomagsul@gmail.com; secretariamagsul@gmail.com e ed.fisicamagsul@terra.com.br

APÊNDICE “2” QUESTIONÁRIO

Professor (a),

Ao responder este questionário você colaborará com a pesquisa realizada pela acadêmica Anair Gomes Medina, do 6º semestre do Curso de Educação Física - Licenciatura, das Faculdades Magsul, sob a orientação do Professor Me. Silvano Ferreira de Araújo.

A pesquisa intitulada “Atletismo Adaptado para alunos com deficiência na rede pública de ensino: perspectivas de professores de Educação Física” tem como objetivo geral analisar as possíveis aplicações de aulas de Atletismo Adaptado para alunos com necessidades educacionais especiais.

Os resultados obtidos na aplicação deste questionário comporão os dados para a elaboração do Trabalho de Conclusão Interdisciplinar (TCI). Contudo, a sua identidade e o nome da instituição em que você trabalha serão preservados.

Sua participação não ensejará quaisquer benefícios financeiros e não implicará danos de quaisquer naturezas.

Dados da atuação profissional do respondente:

1. Há quanto tempo você concluiu o seu curso de graduação?

2. Após sua formação inicial, você realizou cursos de formação continuada?

() Especialização () Mestrado () Doutorado

Quais: _____

3. Em qual(is) dessa(s) etapas de ensino você atua?

() Educação Infantil () Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º)

() Anos Iniciais do Ensino Fundamental (6º ao 9º) () Ensino Médio

Gostaria de complementar sua resposta? _____

4. Há quanto tempo você atua como professor(a) da Educação Básica?

QUESTIONÁRIO

1. Na(s) Escola(s) que você trabalha há a aplicação do conteúdo Atletismo Adaptado para alunos com deficiência física?

() Sim () Não

2. Como ocorrem as aulas de Atletismo Adaptado para alunos com deficiência física na escola que atua?

R:

3. Quantos alunos com deficiência hão na(s) Escola(s) que você trabalha? Qual é a deficiência/patologia dos alunos?

R:

4. Com qual frequência acontecem as aulas dessa modalidade para esses alunos?

R:

5. Existe algum projeto vinculado com a instituição que ampare e estimule a participação desses alunos nas aulas de Educação Física?

R:

6. Ao proporcionar aulas de Atletismo Adaptado, você consegue perceber alguma alteração, seja positiva ou negativa, no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo desses alunos?

R:

7. Quais são as principais dificuldades encontradas para proporcionar as aulas de Atletismo Adaptado aos alunos? (por exemplo: espaço físico, material, tempo disponível, capacitação dos professores etc.).

R:

8. Qual é a importância que você atribui para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Atletismo Adaptado na escola?

R:

9. A prática frequente do Atletismo Adaptado proporciona benefícios para o processo de formação e inclusão dos alunos? Se a resposta for positiva, comente como isso ocorre?

R:

10. Comente sobre a sua atuação para proporcionar as aulas de Atletismo Adaptado para seus alunos com deficiência física. Sinta-se à vontade para relatar quaisquer informações que deseja abordar sobre o tema pautado e as suas experiências profissionais:

R: